

DiHálogos PODCAST

Sobre o Direito Humano à Saúde no Brasil 2025





Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0) de Creative Commons. De acordo com os termos desta licença, esta obra pode ser copiada, redistribuída e adaptada para fins não comerciais, desde que a nova obra seja publicada com a mesma licença Creative Commons, ou equivalente, e com a referência bibliográfica adequada.

Sistematização Nara A. Peruzzo
Projeto gráfico e diagramação: Diego Ecker
Revisão: Tânia Mara Duda

Podcast DiHálogos

Episódio 1

Apresentação: Ruan Wendel (Unegro)
Convidados: Marcus Tadeu (MAB); Milene Weck (UBM) e Vanilson Torres (MNPR)
Roteiro: Marcelo Araújo, Nara Aparecida Peruzzo e Valdevir Both

Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)
Rua Anibal Bilhar, 865, Vila Lucas Araújo
CEP: 99074-470 – Passo Fundo – RS
E-mail: ceap@ceap-rs.org.br
Site: www.ceap-rs.org.br

DiHálogos

PODCAST

Episódio 1

Justiça climática e direito humano à saúde

Episódio 2 (em breve)

COP30: avaliações e perspectivas

Episódio 3 (em breve)

Clima e saúde: impacto nos sistemas universais de saúde

Sobre o Fórum

O Fórum Direito Humano à Saúde (Fórum DH Saúde), reúne movimentos e entidades com caráter popular e mantém uma dinâmica e um processo organizativo *em rede*. É um espaço horizontalizado que se propõe fortalecer, formular e promover várias lutas e ações em defesa do Direito Humano à Saúde.

Este Fórum promove ações de elaboração e sistematização de conteúdos, ações formativas (seminários, cursos, rodas de conversas...) e articula ações de incidência nacional e internacional. É um espaço aberto à entidades e movimentos que quiserem se somar nesta luta.

Entidades que integram o Fórum DH Saúde

ANAIDS – Articulação de Luta Contra a Aids
ANP – Articulação Nacional das Pescadoras
ANPG – Associação Nacional de Pós-Graduandos
ArtGay – Articulação Brasileira de Gays
Articulação das Mulheres Pescadoras na Bahia
Ayomidé Yalondê – Coletivo de Mulheres Negras e LBT's
CEAP – Centro de Educação e Assessoramento Popular
CMP – Central de Movimentos Populares
Coletivo Arewa
CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CUT Brasil – Central Única dos Trabalhadores
FENAFAR – Federação Nacional dos Farmacêuticos
FENAPSI – Federação Nacional dos Psicólogos
Fórum Ong Aids RS

LAILAI – Saúde da População Negra e Aids
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MNCP – Movimento Nacional Cidadãos Positivos
MNDH – Movimento Nacional de Direitos Humanos
MNPR – Movimento Nacional População de Rua
Morhan – Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase
Movimento Kizomba
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Rede Jovem Rio+
Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares
UBM – União Brasileira de Mulheres
UNA – União Nacional LGBT
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEGRO – União de Negras e Negros pela Igualdade

Sobre o CEAP

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) é uma organização da sociedade civil, não governamental, sem fins lucrativos, autônoma, comprometida com a construção de um projeto de sociedade democrático e popular para o Brasil, tendo a educação popular como elemento central da sua atuação. Fundado em 1987 e sediado em Passo Fundo/RS tem como missão a “defesa e promoção da democracia e dos direitos humanos, fortalecendo os sujeitos sociais populares e seus processos a partir da Educação Popular”.

Sobre o relatório

Para o CEAP, a luta em defesa do SUS e da saúde como direito humano, exige uma permanente sistematização de informações e uma constante produção de conhecimento que contribua na sua ação e na dos parceiros.

Essa intencionalidade político-pedagógica se traduziu na elaboração, desde 2018, do *Relatório Anual de Direito Humano à Saúde no Brasil*. Construído com o Fórum DH Saúde, tem o objetivo de dar visibilidade às violações do direito humano à saúde e às iniciativas de ação e luta em prol da sua defesa e promoção. Portanto, ao mesmo tempo que denuncia, anuncia a importância da democracia, do controle social, da organização social popular e da luta pelo direito à saúde.

Sobre o podcast DiHálogos

O podcast DiHálogos é uma iniciativa do Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) e do Fórum DH Saúde, que tem como objetivo dar continuidade, agora em formato audiovisual, ao trabalho desenvolvido pelo Relatório DH Saúde.

Almejando realizar de três a cinco episódios anuais, o DiHálogos conta com a participação de integrantes do Fórum DH Saúde, propondo-se a denunciar as Violações ao Direito Humano em saúde e a dar visibilidade às ações e lutas pela sua defesa e promoção.

Em 2025, no marco da COP30, abordando o tema *Justiça Climática e Direito Humano à Saúde*, em três episódios, o videocast propõe-se a discutir as inter-relações entre meio ambiente, direito à saúde e democracia.

Além dos episódios neste formato, realizamos a produção deste subsídio textual com as principais questões debatidas, ampliando o diálogo com diferentes sujeitos, territórios e experiências que constroem a luta pelo Direito Humano à Saúde.





Episódio 1

Justiça climática e direito humano à saúde

Convidados: Marcus Tadeu (MAB); Milene Weck (UBM) e Vanilson Torres (MNPR)

Apresentação: Ruan Wendel (Unegro)

Spotify

YouTube

Acesse o podcast
clicando nos ícones



Contextualização do tema do episódio

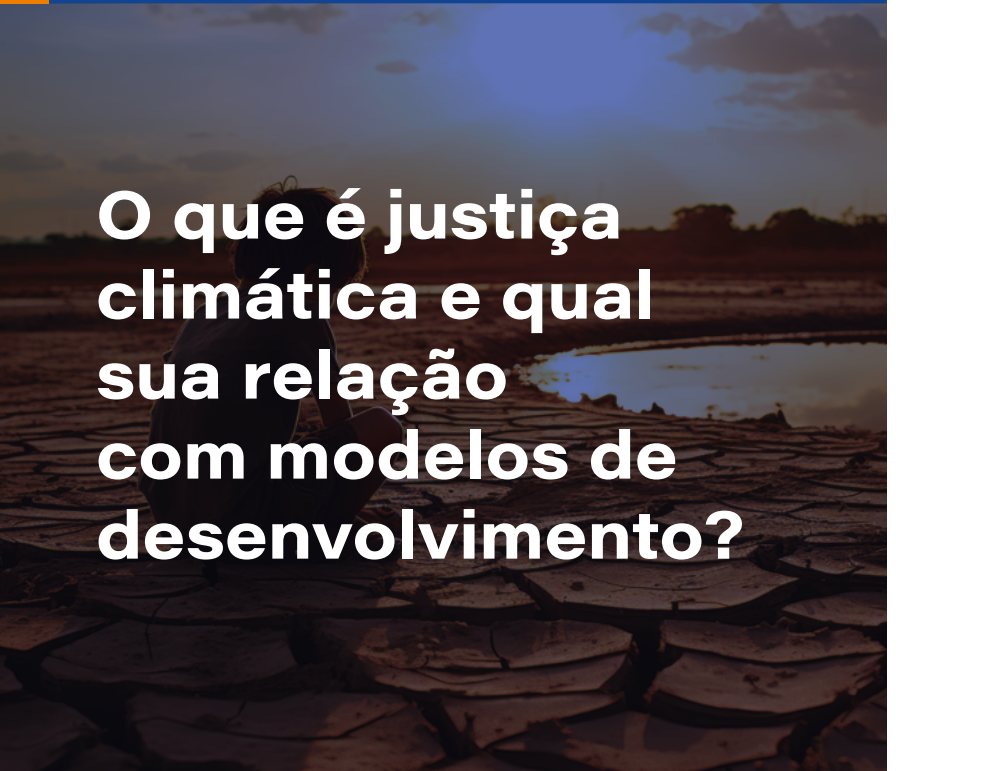
Quando falamos em injustiça climática, estamos afirmando que a crise climática não é apenas um problema ambiental ou científico, mas sim uma profunda crise social, ética e de direitos humanos e está diretamente relacionada a um modelo de desenvolvimento capitalista.

Ela não atinge todas e todos da mesma forma, ela tem cor, classe e gênero. Por exemplo, o *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas* afirma que moradores de periferias morrem 15 vezes mais por eventos climáticos extremos; e dados da Onu/Mulher apontam que 80% das pessoas deslocadas por mudanças climáticas são mulheres. No rompimento da barragem de Brumadinho, a grande maioria das vítimas fatais eram pessoas negras.

De outro lado, um estudo da Oxfam, revelou que o 1% mais rico da população mundial emite mais do que o dobro de carbono dos 50% mais pobres. Estes dados evidenciam o tema do primeiro episódio: justiça climática e o direito humano à saúde.

DISCUTINDO SOBRE

Justiça climática e modelo de desenvolvimento

A photograph of a person sitting on a cracked, dry lake bed at sunset. The person is seen from behind, looking out over a body of water in the distance. The sky is a mix of orange and blue, and the ground is cracked and dry, reflecting the sunset colors.

**O que é justiça
climática e qual
sua relação
com modelos de
desenvolvimento?**



Marcus Tadeu
(MAB)

A crise climática não é um castigo da natureza – é um projeto do capital que transforma destruição em lucro.

Para Marcus, o melhor termo a ser usado é “crise capitalista climática”, e não “tragédia” ou “catástrofe” climática. Segundo ele, essa distinção é importante, para não parecer algo “natural” da Terra, mas para explicitar o principal causador do problema, que é o capitalismo. A crise é, portanto, de ordem econômica, social e climática.

Qualquer saída, dentro do modelo capitalista, não é viável. É o caso das chamadas “soluções” do capital, como o crédito de carbono, uma mercantilização de ativos para gerar mais lucro e, paradoxalmente, garantir o direito de continuar a exploração. Outro exemplo, das tragédias anunciadas pelo capitalismo, é o da barragem de Mariana.

Ele também alerta para as falsas soluções tecnológicas, como carros elétricos e placas solares, que, ao criarem novas mercadorias e utilizarem materiais prejudiciais como o lítio, apenas transferem e aumentam a exploração. Assim como as big techs que gastam 21 bilhões de litros de água por ano, somente para refrigerar a máquina... Então de quem é o problema da falta de água?



Milene Weck
(UBM)

Não há justiça climática sem justiça de gênero, raça e classe – é o poder de poucos que adoce a maioria.

Milene enfatiza que a justiça climática é necessária para corrigir problemas causados por ações humanas, onde a economia e o financeiro se sobrepõem à sobrevivência da população.

Sua fala faz um recorte de gênero, afirmando que “justiça climática é justiça de gênero”. Nos informa que cerca de 380 milhões de mulheres vivem em regiões com escassez de água no mundo, e no Brasil, até 2050, 234 milhões poderão enfrentar fome severa.

Para Milene, as situações climáticas comprometem os direitos básicos das mulheres, afetando sua saúde mental e física, e a capacidade de obter renda.

Os problemas causados pelo uso inadequado dos recursos naturais não atingem quem obtém lucro (o grupo do capital), mas recaem sobre as populações mais vulneráveis, sendo as mulheres as mais afetadas dentro desses grupos.

A justiça climática deve focar e investir em populações específicas e mais atingidas, como mulheres indígenas, de periferia, quilombolas, em situação de rua e ribeirinhas.

Segundo Milene, não é possível tratar o clima sem tratar a questão ambiental, a saúde da população e os direitos básicos.



Vanilson Torres
(MNPR)

As mudanças climáticas são um genocídio anunciado contra os mais pobres. O sistema lucra enquanto o povo morre nas ruas.

Vanilson adota o termo “desgraças climáticas” ou “genocídio anunciado” para descrever a situação, considerando “mudanças climáticas” um termo muito leve para a complexidade do problema.

Chama a atenção para a importância da formação no tema e da importância da consciência ambiental; disse que a falta de ambas agrava a situação, tornando os pobres vítimas duplas: da miséria e da destruição ambiental.

Relata experiências da população em situação de ruas e relaciona com desigualdade, violações de direitos, miséria e injustiça ambiental.

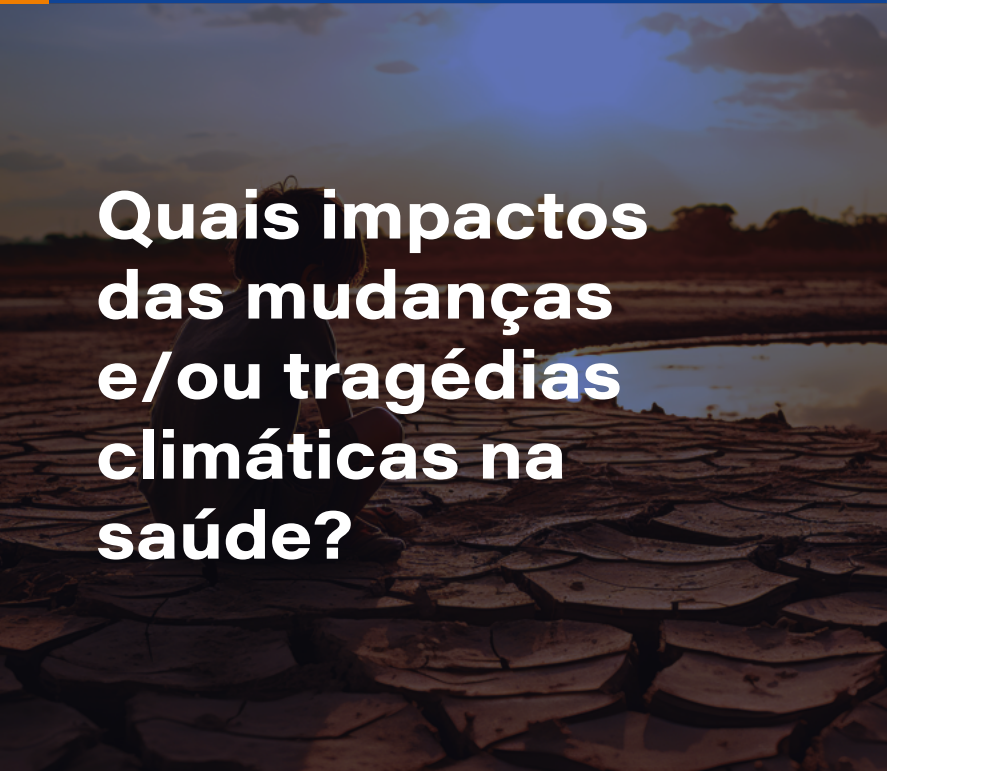
Ele critica a falta de um comprometimento mundial real, que não se limite à retórica, e aponta que a destruição do planeta é um processo de extermínio, enquanto alguns buscam “terrenos em Marte”.

A população em situação de rua, historicamente privada de direitos, inclusive de acesso à água potável, é a primeira a ser afetada pelas tragédias climáticas: enxurradas, ondas de calor extremo, frio intenso. É algo muito sério!

Critica o sistema global que protege os ricos enquanto os pobres são os mais atingidos pelas consequências ambientais.

DISCUTINDO SOBRE

Justiça climática e saúde

A photograph of a child sitting on a cracked, dry lake bed at sunset. The child is seen from behind, looking out over a vast, parched landscape. The ground is covered in large, irregular polygonal cracks. In the distance, a small pool of water reflects the orange and yellow light of the setting sun. The sky is filled with soft, dark clouds. The overall mood is one of environmental hardship and contemplation.

**Quais impactos
das mudanças
e/ou tragédias
climáticas na
saúde?**



Milene Weck
(UBM)

Fortalecer a equidade no SUS é enfrentar a crise climática!

Milene nos diz que a saúde e a qualidade ambiental são indissociáveis. Ela detalha os impactos na saúde materna e reprodutiva e, principalmente, no acesso à rede de assistência à saúde, que fica prejudicado em situações de desastres como enchentes, queimadas, secas...

A crise climática impõe uma sobrecarga feminina, pois as mulheres são as principais responsáveis pelo cuidado dos doentes (em epidemias como dengue, zika e chicungunha) e sendo também as responsáveis por levar a família às unidades de saúde, o que afeta sua capacidade de trabalho e renda.

Milene reflete sobre como o SUS responde às tragédias climáticas e questiona se o sistema de saúde está preparado para enfrentar essas novas demandas.

Ressalta que o princípio da equidade do SUS deve guiar políticas públicas voltadas a quem mais sofre os impactos, e que as populações afetadas devem ser protagonistas na formulação dessas políticas.



Vanilson Torres
(MNPR)

*Enquanto o planeta aquece,
quem vive nas ruas morre de
frio, fome e abandono.*

Vanilson traz a perspectiva da população em situação de rua, relatando como ondas de calor, frio intenso e as enchentes impactam diretamente sua saúde e dignidade.

Ele menciona a falta de acesso a banho e higiene, especialmente para as mulheres, e a dificuldade de acesso ao SUS devido à falta de documentos e endereço, frequentemente perdidos em ações higienistas.

Vanilson também conecta a saúde à questão alimentar, criticando o consumo de agrotóxicos e a destruição de terras de plantio por empreendimentos como as eólicas.

Criticou a flexibilização de leis ambientais que levam a tragédias, como as enchentes no Rio Grande do Sul, e alertou que o sistema público de saúde ainda não acolhe adequadamente quem mais precisa. Em suas palavras, “as desgraças climáticas matam”.

Ele questiona se o SUS está preparado para enfrentar as “desgraças climáticas” e reitera que a saúde está ligada a um sistema amplo que inclui saneamento, transporte e a qualidade dos alimentos.



Marcus Tadeu
(MAB)

*Quem destrói a terra,
envenena a comida e seca
os rios é o mesmo que
enfraquece o SUS e
adoece o povo.*

Marcus Tadeu aponta que o problema é estrutural. Destaca que a exploração capitalista afeta a saúde ao contaminar a comida, a água e os rios com agrotóxicos e lixo industrial.

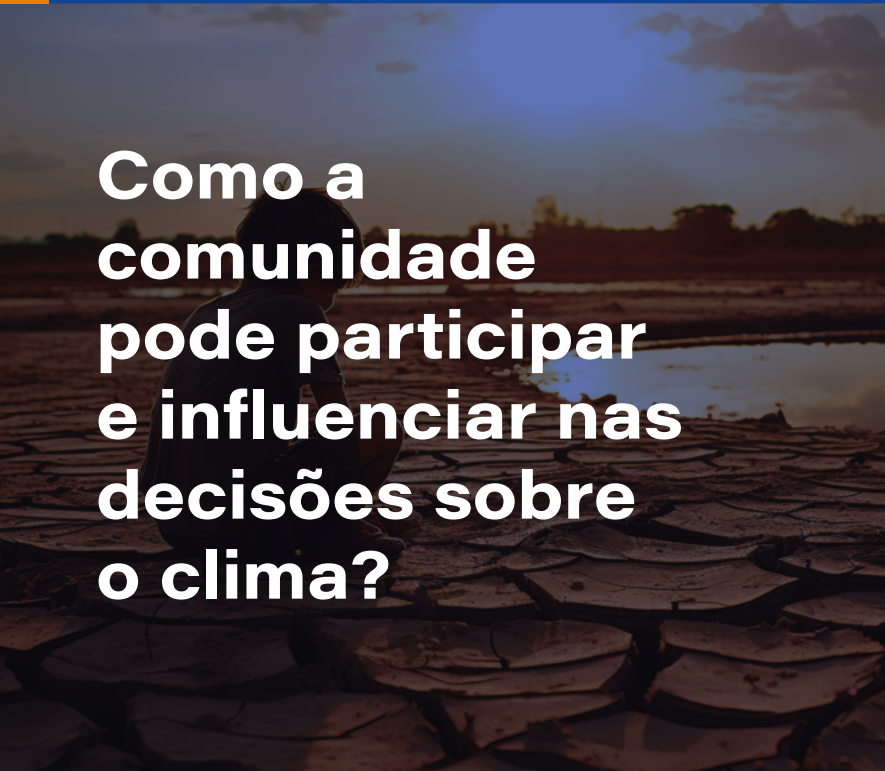
Para ele grandes empresas, o agronegócio e as Big Techs são os maiores poluidores e consumidores de água e, ao mesmo tempo, se beneficiam de isenções fiscais que enfraquecem o SUS e outros serviços públicos.

A falta de regulação e de fiscalização gera novas ondas de “atingidos climáticos”, revelando que a injustiça ambiental é também uma injustiça social e sanitária.



DISCUTINDO SOBRE

Justiça climática e participação social



Como a comunidade pode participar e influenciar nas decisões sobre o clima?



Marcus Tadeu
(MAB)

*Sem o povo, não há justiça
climática, nem saúde,
nem futuro.*

Para Zeca, a participação social é central e é a ordem do dia, sendo fundamental trazer as populações marginalizadas para o centro da discussão.

Zeca lamenta que a COP30 em Belém do Pará deva ser um espaço dominado por chefes de estado, sem a presença do povo; por isso ressalta a importância da Cúpula dos Povos como um espaço de debate.

A participação popular é vista como um meio de fortalecer o SUS e garantir que as necessidades das populações vulneráveis sejam consideradas.

O Fórum DH e as organizações sociais têm o papel de levar um debate qualificado para a COP30, atuando na linha de frente para propor soluções que não sejam as do capital.



Vanilson Torres
(MNPR)

Não basta esperar o grito do povo, é preciso garantir condições reais de participação, pois o capitalismo não quer a voz de quem ele adocece.

Vanilson argumenta que a participação social exige que as organizações “vão até o povo”, e não apenas esperem que ele venha ao debate.

Ele destaca que o conhecimento é essencial para que o povo possa se defender e buscar soluções. A falta de condições reais para a participação, como o custo do transporte para a periferia, é um obstáculo imposto pelo sistema.

Segundo Vanilson, o MNPR está organizando a participação na Cúpula dos Povos, levando propostas específicas da população em situação de rua.

Para ele, a COP30 deve ser também a voz das ruas, das periferias e da população em situação de rua.



Milene Weck
(UBM)

A Amazônia não é cenário: é protagonista da luta pela vida no planeta.

Milene reforça que as vozes das populações afetadas precisam chegar "aonde as decisões ocorrem".

Ela vê a COP30 como um momento estratégico, especialmente por ocorrer na Amazônia, e defende que o Brasil, como anfitrião, deve garantir o protagonismo dos povos da Amazônia.

A conferência é considerada decisiva, e precisa resultar em compromissos reais de proteção da floresta, redução de emissões e investimento em saúde e justiça social.

Milene conclui que os movimentos sociais devem estar organizados para pressionar governantes e gestores, pois a sobrevivência é coletiva, e a saúde é um bem que depende da ação conjunta.



Episódio 1

Justiça climática e direito humano à saúde

Episódio 2 (em breve)

COP30: avaliações e perspectivas

Episódio 3 (em breve)

Clima e saúde: impacto nos sistemas universais de saúde

Spotify

YouTube



Acesse o podcast
clikando nos ícones



Acesse o podcast
escaneando o QR code

